

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Cerrado de Goiás - Sicredi Cerrado GO

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Cerrado de Goiás - Sicredi Cerrado GO
Goiânia/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Cerrado de Goiás - Sicredi Cerrado GO (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Cerrado de Goiás - Sicredi Cerrado GO em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Cerrado de Goiás - Sicredi Cerrado GO, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Cerrado de Goiás - Sicredi Cerrado GO
CNPJ/MF nº 06.332.931/0001-73

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		384.329	290.813	CIRCULANTE		211.126	176.647
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	7.439	5.106	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	110.254	89.004
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	48.676	-	Depósitos à Vista		73.076	58.569
Carteira Própria		48.676	-	Depósitos Interfinanceiros		30.683	28.755
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		79.860	81.380	Depósitos a Prazo		6.495	1.680
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		-	3	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	67.295	55.806
Depósitos no Banco Central		-	42	Repasse Interfinanceiros		67.295	55.806
Correspondentes no país		-	46	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		609	453
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	79.860	81.289	Recursos em Trânsito de Terceiros		609	453
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	223.570	185.989	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 14)	1	4.005
Operações de Crédito		239.966	198.613	Empréstimos País - Outras Instituições		1	4.005
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(16.396)	(12.624)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		32.967	27.379
OUTROS CRÉDITOS		21.082	16.419	Cobrança e Arrecadação de Tributos		57	87
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(NOTA 07)	64	260	Sociais e Estatutárias		5.919	4.185
Rendas a Receber		717	661	Fiscais e Previdenciárias		635	605
Diversos	(NOTA 07 e 08)	20.699	15.889	Diversas	(NOTA 15)	26.356	22.502
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 07)	(398)	(391)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	3.702	1.919				
Outros Valores e Bens		3.782	1.977				
(Provisão para desvalorização)		(130)	(130)				
Despesas Antecipadas		50	72				
NÃO CIRCULANTE		128.411	90.780	NÃO CIRCULANTE		217.721	145.982
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		128.411	90.780	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		217.721	145.982
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	11.800	8.381	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	178.251	124.871
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		11.800	8.381	Depósitos Interfinanceiros		30.720	22.303
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	96.499	68.763	Depósitos a Prazo		147.531	102.568
Operações de Crédito		102.767	73.273	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	37.512	21.111
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(6.268)	(4.510)	Repasse Interfinanceiros		37.512	21.111
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07 e 08)	69	4	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 14)	1.958	-
Diversos		69	4	Empréstimos País - Outras Instituições		1.958	-
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	5.591	4.363	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		83.893	58.964
Outros Investimentos		5.591	4.363	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 17)	55.040	42.430
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	12.946	7.668	De Domiciliados no País		68.272	49.210
Imóveis de Uso		147	147	(Capital a Realizar)		(13.232)	(6.780)
Outras Imobilizações de Uso		18.056	11.740	RESERVAS DE SOBRAS		25.763	14.949
(Depreciação acumulada)		(5.257)	(4.219)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		3.090	1.585
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	1.506	1.601				
Outros Ativos Intangíveis		2.979	2.710				
(Amortização acumulada)		(1.473)	(1.109)				
TOTAL DO ATIVO		512.740	381.593	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		512.740	381.593

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Cerrado de Goiás - Sicredi Cerrado GO
CNPJ/MF nº 06.332.931/0001-73

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	41.319	-	41.319	77.442	8	77.450	51.394	-	51.394
Operações de Crédito	40.887	-	40.887	76.764	8	76.772	51.312	-	51.312
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	432	-	432	678	-	678	82	-	82
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(17.771)	(461)	(18.232)	(33.782)	(781)	(34.563)	(23.046)	(15)	(23.061)
Operações de Captação no Mercado	(5.364)	(461)	(5.825)	(10.308)	(781)	(11.089)	(5.945)	(15)	(5.960)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.143)	-	(3.143)	(6.020)	-	(6.020)	(5.434)	-	(5.434)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.264)	-	(9.264)	(17.454)	-	(17.454)	(11.667)	-	(11.667)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.548	(461)	23.087	43.660	(773)	42.887	28.348	(15)	28.333
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(14.009)	2.299	(11.710)	(25.837)	3.917	(21.920)	(18.162)	2.214	(15.948)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.877	3.662	6.539	5.659	6.822	12.481	4.400	5.270	9.670
Rendas de Tarifas Bancárias	3.239	-	3.239	5.762	-	5.762	4.348	-	4.348
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(8.828)	(792)	(9.620)	(16.824)	(1.423)	(18.247)	(13.996)	(1.104)	(15.100)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(9.285)	(1.082)	(10.367)	(17.443)	(1.902)	(19.345)	(12.375)	(1.332)	(13.707)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(65)	(195)	(260)	(115)	(356)	(471)	(48)	(267)	(315)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	3.901	1.024	4.925	7.957	1.356	9.313	7.994	104	8.098
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(5.848)	(318)	(6.166)	(10.833)	(580)	(11.413)	(8.485)	(457)	(8.942)
RESULTADO OPERACIONAL	9.539	1.838	11.377	17.823	3.144	20.967	10.186	2.199	12.385
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(5)	23	18	(6)	26	20	(200)	31	(169)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	9.534	1.861	11.395	17.817	3.170	20.987	9.986	2.230	12.216
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	268	268	-	(100)	(100)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	171	171	-	(55)	(55)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	97	97	-	(45)	(45)	-	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.425)	-	(1.425)	(2.604)	-	(2.604)	(1.951)	-	(1.951)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	8.109	2.129	10.238	15.213	3.070	18.283	8.035	2.230	10.265
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.070	(3.070)	-	2.230	(2.230)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	8.109	2.129	10.238	18.283	-	18.283	10.265	-	10.265
DESTINAÇÕES	-	-	-	(15.193)	-	(15.193)	(8.680)	-	(8.680)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.834)	-	(2.834)	(2.339)	-	(2.339)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.545)	-	(1.545)	(793)	-	(793)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(10.814)	-	(10.814)	(5.548)	-	(5.548)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	3.090	-	3.090	1.585	-	1.585

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Cerrado de Goiás - Sicredi Cerrado GO
CNPJ/MF nº 06.332.931/0001-73

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	32.695	9.914	929	43.538
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	1.413	-	(1.413)	-
Destinações para reservas	-	(513)	513	-
Outras destinações	-	-	(29)	(29)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	8.552	-	-	8.552
Baixas de capital	(2.481)	-	-	(2.481)
Resultado do período	-	-	10.265	10.265
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(793)	(793)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.548	(5.548)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.251	-	(2.339)	(88)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	42.430	14.949	1.585	58.964
Mutações do Período	9.735	5.035	656	15.426
Saldos no início do período em 01/01/2019	42.430	14.949	1.585	58.964
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	782	-	(1.561)	(779)
Outras destinações	-	-	(24)	(24)
Capital de associados				
Aumento de capital	13.086	-	-	13.086
Baixas de capital	(4.042)	-	-	(4.042)
Resultado do período	-	-	18.283	18.283
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.545)	(1.545)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.814	(10.814)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.784	-	(2.834)	(50)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	55.040	25.763	3.090	83.893
Mutações do Período	12.610	10.814	1.505	24.929
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	47.056	14.949	8.045	70.050
Capital de associados				
Aumento de capital	8.080	-	-	8.080
Baixas de capital	(2.880)	-	-	(2.880)
Resultado do período	-	-	10.238	10.238
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.545)	(1.545)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.814	(10.814)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.784	-	(2.834)	(50)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	55.040	25.763	3.090	83.893
Mutações do Período	7.984	10.814	(4.955)	13.843

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Cerrado de Goiás - Sicredi Cerrado GO
CNPJ/MF nº 06.332.931/0001-73

	01/01/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	14.011	24.297	15.487
Resultado do semestre/exercício	10.238	18.283	10.265
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	3.773	6.014	5.222
Provisão para operações de crédito	4.427	5.530	4.123
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	-	78
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(58)	7	135
Depreciação do imobilizado de uso	852	1.572	1.201
Amortização do intangível	191	364	303
Baixas do ativo permanente	44	72	72
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(120)	1	99
Destinações ao FATES	(1.545)	(1.545)	(793)
Dividendos SicrediPar	(18)	13	4
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(33.889)	(23.165)	8.559
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(3.627)	(3.419)	(8.381)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(48.676)	(48.676)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	3.271	3	15
(Aumento) Redução em créditos vinculados	-	42	(42)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	97	46	(46)
(Aumento) em operações de crédito	(19.466)	(70.847)	(97.968)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	7.220	27.890	22.503
(Aumento) em outros créditos	(417)	(4.749)	(6.885)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(94)	(1.783)	268
Aumento em depósitos	20.376	74.630	108.785
Aumento em relações interdependências passivas	7	156	20
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	1.959	(2.046)	(16.317)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(368)	(793)	(465)
Aumento em outras obrigações	5.829	6.381	7.072
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(19.878)	1.132	24.046
Aquisição de Investimentos	(1.227)	(1.228)	(257)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.623)	(6.922)	(3.002)
Aplicações no Intangível	(94)	(269)	(767)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.944)	(8.419)	(4.026)
Integralização de capital	8.080	13.086	8.552
Baixa de capital	(2.880)	(4.042)	(2.481)
Juros ao capital próprio	(50)	(50)	(88)
Distribuição de Sobras	-	(803)	(29)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	5.150	8.191	5.954
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(19.672)	904	25.974
Caixa e equivalente de caixa no início do período	106.971	86.395	60.421
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	87.299	87.299	86.395

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Cerrado de Goiás - Sicredi Cerrado GO ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 04/09/2003 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 17 de Fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSSL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	7.439	5.106
Caixa	7.439	5.106
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	79.860	81.289
Total	87.299	86.395

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.800	8.381
DI entre Banco e Cooperativas	11.800	8.381
Total não circulante	11.800	8.381

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	48.676	-
Total circulante	48.676	-

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	153.002	58.389	211.391	167.222
Financiamentos	6.034	7.035	13.069	10.016
Financiamentos rurais e agroindustriais	80.930	37.343	118.273	94.648
Carteira total	239.966	102.767	342.733	271.886

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	64	-	64	260
Devedores por compra de valores e bens	-	-	-	81
Títulos e créditos a receber (i)	18.124	3	18.127	13.584
Total	18.188	3	18.191	13.925

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	-	201	-	-
Nível A	0,50	122.031	111.294	610	556
Nível B	1,00	142.347	95.228	1.423	952
Nível C	3,00	56.478	51.230	1.694	1.536
Nível D	10,00	16.157	10.958	1.616	1.096
Nível E	30,00	5.253	3.564	1.576	1.069
Nível F	50,00	2.203	1.354	1.101	677
Nível G	70,00	4.710	1.145	3.297	802
Nível H	100,00	11.745	10.837	11.745	10.837
Total		360.924	285.811	23.062	17.525

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				Total da Carteira	2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	6.223	38.929	54.308	25.128	124.588	98.014
Rural	122	7.566	73.242	37.343	118.273	94.648
Industrial	85	517	1.050	3.033	4.685	3.304
Comércio	3.014	18.882	25.055	22.214	69.165	58.077
Outros Serviços	2.509	11.510	15.142	15.052	44.213	31.768
Total	11.953	77.404	168.797	102.770	360.924	285.811

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	27.619	7,65	23.625	8,27
50 devedores seguintes	75.430	20,90	66.589	23,30
100 devedores seguintes	76.955	21,32	64.920	22,71
Demais	180.920	50,13	130.677	45,72
Total	360.924	100	285.811	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	17.525	13.267
Constituição de provisão	17.454	11.667
Movimentação de baixados para prejuízo	(11.917)	(7.409)
Saldo final	23.062	17.525

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 4.523 (2018 - R\$ 3.202), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 4.668 (2018 - R\$ 3.949).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	95	104
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.287	666
Devedores por compra de valores e bens	-	81
Devedores por depósitos em garantia	288	106
Impostos e contribuições a compensar	263	422
Títulos e créditos a receber (ii)	18.124	13.580
Cotas de consórcio	124	39
Operações com cartões	275	353
Pendências a regularizar	102	401
Outros	141	137
Total Circulante	20.699	15.889
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	66	-
Títulos e créditos a receber (ii)	3	4
Total não circulante	69	4

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	3.723	1.905
Imóveis	3.663	1.905
Veículos e afins	60	-
Material em estoque	59	72
Despesas antecipadas	50	72
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(130)	(130)
Total Circulante	3.702	1.919

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 130 (2018 - R\$ 130) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	2.684	2.364
Sicredi Participações S.A.	2.904	1.996
Outras Participações e Investimentos	3	3
Sicredi Fundos Garantidores	3	3
Total	5.591	4.363

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	1.238.988 ON	647.539 ON	3	3	2.683.848	2.363.812
	2.573.160 PN	1.348.557 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,36%	0,23%	1,86%	1,86%	5,43%	5,33%
Capital social	969.491	880.597	164	164	49.391	44.357
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	52.149	46.954
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	92	163
Valor do investimento	2.904	1.996	3	3	2.684	2.364

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	18.203	(5.257)	12.946	7.668
Imobilizações em curso	-	4.091	-	4.091	1.635
Terrenos	-	140	-	140	140
Edificações	4%	7	(2)	5	5
Instalações	10%	6.190	(2.178)	4.012	2.508
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.157	(1.096)	2.061	1.456
Sistema de comunicação	10%	383	(111)	272	206
Sistema de processamento de dados	20%	3.271	(1.496)	1.775	1.251
Sistema de segurança	10%	608	(229)	379	185
Sistema de transporte	20%	356	(145)	211	282
Intangível (i)		2.979	(1.473)	1.506	1.601
Investimentos Confederação		2.979	(1.473)	1.506	1.601
Total		21.182	(6.730)	14.452	9.269

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019			2018	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	73.076	-	-	73.076	58.569
Depósitos Interfinanceiros	-	30.683	30.720	61.403	51.058
Depósitos a prazo	1.029	5.466	147.531	154.026	104.248
Total	74.105	36.149	178.251	288.505	213.875

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	67.295	55.806
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	67.295	55.806
Total circulante	67.295	55.806
Recursos do Crédito Rural	37.512	21.111
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	37.512	21.111
Total não circulante	37.512	21.111

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/02/2025, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	1	4.005
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	-	4.005
Outras instituições	1	-
Total circulante	1	4.005
Empréstimos no País - outras instituições	1.958	-
Outras instituições	1.958	-
Total não circulante	1.958	-

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	1.372	4.142
Obrigações por convênios oficiais	2	4
Provisão para pagamentos a efetuar	1.949	1.503
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 16)	107	106
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.297	1.042
Pendências a regularizar	1.336	179
Operações com cartões	17.693	13.568
Demais fornecedores	1.545	921
Credores diversos	1.055	1.037
Total circulante	26.356	22.502

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	3	109	(112)	-
Cível	103	19	(15)	107
Total	106	128	(127)	107

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	-	3
Cível	Provável	107	103
Total		107	106

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 41; R\$ 2.865 e R\$ 1 (2018 - R\$ 163, R\$ 2.056 e R\$ 0), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	55.040	42.430
Total de associados	18.908	15.270

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 12.610 (2018 – R\$ 9.735), sendo R\$ 3.566 (2018 – R\$ 3.664) via integralização de resultados e R\$ 13.086 (2018 – R\$ 8.552), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 4.042 (2018 – R\$2.481).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,1% em Conta capital, no montante de R\$ 2.834, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal, 10% para o FATES.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	18.383	10.265
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(7.353)	(3.285)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	5	-
Provisão resgate de milhas cartão	(32)	(32)
Brindes e Doações	(11)	(6)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(13)	23
Receita com atos cooperativos	6.085	2.571
Juros sobre capital próprio	1.134	748
Prejuízo fiscal	55	-
Lucros e dividendos	7	14
Outros	23	(33)
Subtotal	7.253	3.285
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(100)	-

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	11.800	8.381
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	48.676	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	79.860	81.289
Outros Créditos - Rendas a receber	567	525
Outros Créditos - Diversos (Nota 07 e 08)	327	177
Investimentos (Nota 10)	5.591	4.363
Intangível (Nota 11)	1.506	1.601
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	6.965	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	104.807	76.917
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	1.959	4.005
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	17.373	13.532
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	678	82
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	2.585	2.654
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	6.094	5.146
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	191	4
Operações de Empréstimos e Repasses	6.020	5.434
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	1.217	895
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	5.899	4.596

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	62	0,08%	146
Depósitos a prazo	2.852	1,85%	2.860
Operações de crédito	706	0,21%	927

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	3.482	2.529

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	537	424
Despesa de aluguéis	2.407	1.573
Despesa de comunicação	1.047	907
Despesa de manutenção e conservação	923	629
Despesa de material	313	193
Despesa processamento dados	393	249
Despesa de promoções e relações públicas	1.865	1.257
Despesa de propaganda e publicidade	216	312
Despesa de seguro	75	103
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.554	1.448
Despesa de serviços de terceiros	296	145
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.075	897
Despesa de serviços de técnicos especializados	848	495
Despesa de serviços de transportes	680	707
Despesa de viagem	1.024	359
Despesa de depreciação e amortização	1.572	1.201
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	806	465
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	364	303
Outras despesas administrativas	3.350	2.040
Total	19.345	13.707

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	607	1.103
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	6.016	5.102
Reversão de provisões operacionais	1.678	1.282
Outras rendas operacionais	1.012	611
Total	9.313	8.098

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.239	1.020
Contribuições Cooperativistas	125	83
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	719	427
Contribuição Confederação Sicredi	3.822	2.979
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	734	632
Encargos da administração financeira	31	34
Repasse administradora de Cartões	152	141
Outras despesas de Cartões	853	682
Outras provisões operacionais	1.697	1.492
Outras despesas operacionais	1.041	1.452
Total	11.413	8.942

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	62.750	48.109
Total	62.750	48.109

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	82.387	57.363
Nível I (NI)	82.387	57.363
Capital principal - CP	82.387	57.363
Capital social	55.040	42.430
Reservas de capital	25.763	14.949
Lucros acumulados	3.090	1.585
Ajustes Prudenciais	(1.506)	(1.601)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	441.983	365.486
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.035	1.519
Margem de Capital (i)	34.944	17.468
Índice de Basileia (PR / RWA)	18,64%	15,69%
Situação de Imobilização (Imob)	12.950	7.670
Índice de Imobilização (Imob / PR)	15,72%	13,37%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Evandro Freo
Diretor Executivo
CPF: 776.966.031-91

Valdiney Prins Pereira
Diretor de Operações
CPF: 004.176.501-08

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20